

PUBLICAÇÕES RECLAMADAS: Eduardo Duarte e a primeira revista do Museu Júlio de Castilhos (Rio Grande do Sul, 1927-1930)

CLAIMED PUBLICATIONS: Eduardo Duarte and the first journal of the Júlio Castilhos Museum (Rio Grande do Sul, 1927-1930)

Ana Celina Figueira da Silva*

Zita Possamai**

Resumo: Analisa o periódico científico *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul*, publicada pelo Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Público do Rio Grande do Sul, entre 1927 e 1930. Aborda conteúdos, artigos e documentos publicados, bem como as dificuldades enfrentadas para manter uma publicação científica pelo Museu. Ressalta a atuação de Eduardo Duarte na compilação, transcrição e publicação de documentos da história do Rio Grande do Sul naquela revista. Considera que a simbiose entre as duas instituições permitiu a manutenção, mesmo por pouco tempo, de uma revista que também publicou pesquisas de História Natural.

Palavras-chave: Museu Júlio de Castilhos. Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Eduardo Duarte.

Abstract: This article analyzes the Journal of the Museum and Public Archive of Rio Grande do Sul published by the Júlio de Castilhos Museum and the Public Archive of Rio Grande do Sul, between 1927 and 1930. Explains about contents, articles and documents published in this journal. Focuses on work of Eduardo Duarte on the tasks of gathering, transcription and publication of sources of History of Rio Grande do Sul in this journal. A symbiosis between the both institutions enabled the maintenance of the Journal of the Museum and Public Archive of Rio Grande do Sul by a few years.

Key-words: Júlio de Castilhos Museum. Journal of the Júlio de Castilhos Museum. Scientific publications. Eduardo Duarte.

INTRODUÇÃO

Os museus se configuraram ao longo do tempo como instituições produtoras de conhecimento (MENESES, 2010), cujo foco reside na relação entre o sujeito e o objeto (RUSSIO, 1983 In: BRUNO, 2010) circunscrita num determinado espaço, onde entram

* Graduada em História e Museologia, mestre em Ciência Política e doutora em História pela UFRGS. Professora do curso de Museologia da UFRGS no departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Integrante do GEMMUS – Grupo de Estudos em Memória, Museus e Patrimônio. E-mail: ana.celina@ufrgs.br

** Graduada, mestre e doutora em História pela UFRGS. Professora do curso de graduação em Museologia, do programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio e do Programa de Pós Graduação em Educação, todos na UFRGS. Pesquisadora do CNPq e líder do GEMMUS - Grupo de Estudos em Memória, Museus e Patrimônio. E-mail: zitapossamai@gmail.com

em cena as práticas de preservação, de pesquisa e de extroversão dos testemunhos da cultura e da natureza. Eles amparam-se nessa tríade e não podem ser considerados como meros divulgadores do conhecimento científico produzido alhures, mas como produtores de saberes oriundos das interfaces entre a Museologia, a Educação, a Conservação e os campos concernentes às coleções. Assim, conformar coleções, pesquisá-las, criar conhecimento a partir delas e fazer com que essas informações sejam compartilhadas com a sociedade, ainda parece ser uma das funções basilares dos museus, para além daquelas vinculadas ao lazer, à fruição, ao entretenimento, entre outras.

No Brasil, a partir do século XIX, os primeiros museus se constituíram também nas primeiras instituições científicas, cujo objetivo era conhecer a natureza, o território e os povos originários de *Terra Brasilis*. Na visão científica do período, conhecer era principalmente coletar e classificar pedaços do mundo, daí a formação de coleções que cresciam à medida em que esses museus se consolidavam como fóruns de civilização e de progresso das nações. Os naturalistas e cientistas à frente dessa empreitada, além de formar coleções e colocá-las em exposição para um público cada vez mais amplo, estabeleceram uma rede internacional de trocas e compartilhamentos entre museus da Europa, do Brasil e das Américas (LOPES, 2005). Para a divulgação de suas pesquisas e para o intercâmbio interinstitucional e transnacional, foi de fundamental importância a publicação de revistas científicas, nas quais foram registradas descobertas nos domínios da Botânica, da Zoologia, da Mineralogia, da Etnologia, da Arqueologia, entre outros saberes.

Nesse sentido, o Museu Nacional manteve os *Arquivos do Museu Nacional*, o Museu Paulista publicou os *Anais do Museu Paulista* e o Museu Paraense editou o *Boletim do Museu Emílio Goeldi*¹. Esses periódicos têm sido consultados por diversos pesquisadores e tem se configurado em principal documentação para análise de determinados aspectos da história desses museus.

Nesse mesmo movimento, o Museu Júlio de Castilhos, inicialmente denominado Museu do Estado do Rio Grande do Sul, tentou manter-se atualizado com os museus do Centro e Norte do País e editou também suas revistas. Essas publicações permanecem, entretanto, desconhecidas da historiografia dos museus brasileiros, *leit motiv* da escrita desse texto.

¹ Em 1876 foi publicado o primeiro número da *Revista Arquivos do Museu Nacional*, periódico trimestral do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Em 1894 surgiu o *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*. O Museu Paulista, em 1895, portanto apenas um ano após a sua fundação, lançou o primeiro número da *Revista do Museu Paulista*. Cf. Schwarcz, 2005.

Criado em 1903, o Museu do Estado do Rio Grande do Sul possuía, inicialmente, o objetivo bastante amplo de reunir e catalogar acervos de variadas tipologias que fossem representativos da fauna, flora, história e produção artística do estado sul-riograndense. Notadamente na conformação do acervo histórico, identifica-se o trabalho de Eduardo Duarte que, a partir de 1925, coordena o departamento de história do Museu Júlio de Castilhos e passa a publicar, em 1927, a revista do Museu.

Assim, o propósito desse artigo é analisar a publicação da primeira revista do Museu Júlio de Castilhos, bem como a atuação de Eduardo Duarte, não apenas na produção de conteúdo da mesma, mas também nos esforços por mantê-la em circulação.

DE MUSEU DE CIÊNCIAS A MUSEU DE HISTÓRIA

A criação do Museu do Estado do Rio Grande do Sul, em 1903, situou-se em um duplo contexto. Por um lado, mesmo que tenha sido implantado nos primeiros anos do século XX, o museu surgiu no âmbito do movimento internacional de museus de História Natural dos novecentos, quando, no Brasil, foram criados os primeiros museus enciclopédicos de ciências (LOPES, 2005; SANJAD, 2010; SHCWARCZ, 2005). Nesse sentido, a criação do Museu Júlio de Castilhos esteve inserida na chamada “era brasileira dos museus” (SCHWARCZ, 2005, p. 70), movimento cujo âmbito esteve também a criação do Museu Nacional (Rio de Janeiro), do Museu Paulista (São Paulo), do Museu Paraense Emílio Goeldi (Pará) e do Museu Paranaense, criados sob inspiração das instituições científicas europeias.

Por outro lado, estas instituições tomaram parte na configuração de projetos políticos que concebiam a ciência como um baluarte civilizatório, seja para imaginar a identidade metropolitana ou da nação, no caso do Museu Nacional (LOPES, 2005), seja para consolidar identidades regionais, no caso do Museu Paulista (BREFE, 2005), Museu Paraense (SANJAD, 2010) e Museu Paranaense (CARNEIRO, 2013; RODRIGUES, 2018). O Museu Júlio de Castilhos, implantado na capital Porto Alegre, encontra também ressonância nessa perspectiva de consolidação de uma identidade para o Rio Grande do Sul.

Desse modo, a chegada ao poder dos republicanos na província mais meridional do Brasil, teve como corolário a implantação de uma estrutura administrativa e de serviços necessários à nova ordem e que se expressou na modernização urbana e das instituições públicas. Com a máxima “conservar, melhorando”, o Partido Republicano

Rio-Grandense (PRR) alcançou a hegemonia política através de um conjunto de obras de infraestrutura que beneficiavam os diversos setores econômicos e, no plano político, por meio de um sistema de fraude eleitoral que permitiu a continuidade do mesmo partido por décadas à frente do Palácio Piratini.

O museu como locus científico e cultural insere-se, assim, nesse projeto mais amplo de modernização republicana, quando foram também implantados o Arquivo Público estadual e a Biblioteca Pública, entre outras instituições. Criado pelo Decreto nº. 589, de 30 de janeiro de 1903, pelo Presidente do Estado, Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, o Museu do Estado tinha por objetivo guardar, organizar, catalogar e expor os objetos da cultura material do estado do Rio Grande do Sul, que vinham sendo colecionados e coletados desde o ano de 1901, por ocasião da 1ª Exposição Agropecuária e Industrial ocorrida na capital do estado.

Conforme um modelo vigente no período, o Museu do Estado do Rio Grande do Sul foi organizado em quatro seções, a saber: 1. Zoologia e Botânica; 2. Mineralogia, Geologia e Paleontologia; 3. Antropologia e Etnologia; e, por fim, a 4. seção de Ciências, Artes e Documentos Históricos (NEDEL, 2005). Incorporar o museu nesse projeto mais amplo não significa afirmar que o estabelecimento da instituição tenha se dado com o apoio político e com recursos desejados pelos agentes que estiveram à frente da arrancada museológica no Rio Grande do Sul. Ao contrário, a precariedade é marca registrada nos relatórios que chegam ao presente para escrever a história do museu nas primeiras décadas de sua existência.

Em 1905, o museu foi transferido para a residência onde viveu e morreu o então Presidente da Província, razão pela qual, em 1907, a atual denominação de Museu Júlio de Castilhos (MJC) foi oficializada por meio do Decreto nº. 1.140. O novo nome e a casa recebida para abrigar as coleções do museu não foram suficientes para o então diretor Francisco Rodolpho Simch² aceitar o caráter celebrativo da memória; ele seguiu dando ao museu o caráter enciclopédico e dedicado à História Natural, sem dar muita atenção à quarta seção. Entre suas atividades estavam a coleta, o estudo e a exposição de materiais, bem como a elaboração de pareceres técnicos (principalmente à Secretaria de Obras), o recebimento de visitas escolares e de pesquisadores brasileiros e

² Nasceu em Santa Cruz do Sul, região de colonização alemã no Rio Grande do Sul, em 2 de junho de 1877. Bacharel em Direito e professor da Faculdade de Direito de Porto Alegre entre os anos de 1909 e 1936, ano de seu falecimento. Teve influência no pensamento econômico de sua época, especialmente através da atuação no ensino na Faculdade de Direito e na publicação de *Programa de Economia Social*, este último com forte influência dos economistas germânicos. Sobre a biografia de Simch e sua importância na Economia, ver Curi e Dacanal (2019) e sobre a atuação de Simch no Museu Júlio de Castilhos, ver Possamai (2014), entre outros.

estrangeiros (POSSAMAI, 2014). As duas primeiras décadas do Museu Júlio de Castilhos foram caracterizadas pela formação de coleções variadas e de procedências diversas: minerais, flora e fauna, objetos fósseis, objetos antropológicos, entre outros, reunidos nas excursões feitas por seu primeiro diretor no território gaúcho. O museu ainda era a sala de recepção de muitos estrangeiros que visitavam o estado e que tinham nas suas coleções uma amostra das riquezas do território. Para Simch, o museu tinha um papel científico importante por proporcionar conhecimento sobre as riquezas do território, passíveis de serem exploradas do ponto de vista econômico. Nesse sentido, como veremos a seguir, ele foi o maior defensor da publicação de uma revista para divulgação de suas pesquisas. Para o diretor:

Os Museus em geral têm dois fins principais: ou ocupam-se do desenvolvimento da civilização com as chamadas ciências históricas ou visam o estudo das ciências naturais. Ambas as formas ainda desdobram-se em grande número de variantes mais ou menos úteis ou não. A manutenção do primeiro grupo é muitíssimo dispendiosa e de utilidade quase exclusivamente limitada às classes que se ocupam com os estudos, isto é, a utilidade é limitada a uma fração mínima da sociedade; dá-se isto com a numismática, filatélica, escultura, pintura, gravura, bibliografia, etc. sobre a civilização [...]. O outro grupo, o que se refere a ciências naturais, tem diferente escopo: as ciências naturais deixaram de ser privilégio de meia dúzia de escolhidos para serem acessíveis a todos. As condições econômicas de uma região dependem, de modo absoluto, de suas condições naturais; estas por sua vez são determinadas pela constituição do solo, do clima, da fauna e da flora respectiva. Ora, como o Museu tem seções destinadas à geologia e mineralogia do lugar e como o objeto destas duas ciências é o solo ficará estudado, assim este. (RIO GRANDE DO SUL, 1910, p. 26 e 27)

Percebe-se que o argumento de Simch na defesa das ciências naturais priorizava, como antes indicamos, o aspecto econômico, pois são essas que ocupar-se-iam do estudo das características naturais de uma região. Conhecer o solo, o clima e a vegetação de um determinado local seriam fundamentais, desde essa perspectiva, para o desenvolvimento de sua economia. Portanto, o estudo de tais ciências, ao supostamente proporcionar o desenvolvimento econômico, mostrar-se-ia útil à sociedade como um todo. Nessa perspectiva, Simch defendeu o investimento de recursos nas coleções de ciências naturais em detrimento das coleções de história e sua gestão, coerentemente com tais concepções, dedicou-se à ampliação, estudo e classificação constante das coleções de História Natural, ficando a coleção histórica diminuta em comparação com as demais.

Contudo, o primeiro diretor não chegou a ver a revista do museu publicada em sua gestão. Em 1925, Francisco Rodolfo Simch foi substituído pelo literato Alcides

Maya. Foi incorporada ao Museu a Seção Histórica do Arquivo Público do Estado e ocorreu a desvinculação do Museu do Serviço Geológico e Mineralógico da Secretaria de Obras, passando essa instituição para a Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior. A partir dessa nova direção, a instituição deixava de privilegiar somente as coleções de ciências naturais e passava a preocupar-se também com o crescimento do acervo histórico. Estavam dados os passos para a transformação do Museu em um órgão preocupado com a história do Rio Grande do Sul³. É nesse momento que a revista do museu passou a ser publicada em conjunto com o Arquivo Público, cuja seção de História passou a compartilhar os espaços do museu.

REVISTA DO MUSEU E ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL (1927 a 1930).

A Revista do Museu não foi o primeiro periódico científico publicado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Em 1921, o arquivo estadual trouxe a público o primeiro exemplar da *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul*⁴, editada pela instituição, de forma atender os pressupostos enunciados no artigo 30 da Lei nº 1.199, de 27.06.1913. A Revista do Arquivo Público circulou, com esta denominação e sob os auspícios da instituição de mesma denominação, no período de 1921 a 1925 e teve 18 edições⁵.

Entretanto, o primeiro diretor do museu não cansava em escrever nos seus relatórios sobre a relevância da publicação de uma revista. Conforme suas palavras:

Observando a grande quantidade de material que temos reunidos no Museu, e tendo em vista que os elementos coligidos fornecem dados importantíssimos para o estudo da história natural, seria bom iniciar-se dentro de pouco tempo a publicação de uma revista para a Repartição [...]. (RIO GRANDE DO SUL, 1904, p. 219).

³ Segundo Silva (2018): “a consolidação definitiva do MJC como museu de história, que consideramos iniciada em 1925, foi selada em 1954, com o desmembramento de seu acervo sob a direção do historiador e folclorista Dante de Laytano. Os acervos de documentos textuais e arte deram origem a novas instituições públicas, respectivamente o Arquivo Histórico e o Museu de Arte do Rio Grande do Sul, sendo as coleções de ciências naturais transferidas ao já existente Museu de Ciências Naturais (atual Fundação Zoobotânica). No Museu Júlio de Castilhos permaneceu a coleção de história. Isso significou o afastamento definitivo de sua proposta inicial de museu enciclopédico, voltado de forma especial às coleções de ciências naturais, conformando a tipologia que apresenta até os dias atuais, que é a de museu de história.” (SILVA, 2018, p. 36-37).

⁴ Doravante, será utilizada a grafia atualizada do termo “arquivo”.

⁵ Entre os anos de 1918 e 1919, o Arquivo Público do Rio Grande do Sul editou o(s) Catalogo(s) do 1º Notariado de Porto Alegre (1 volume); do 2º Notariado de Porto Alegre (8 volumes) e do 3º Notariado de Porto Alegre (5 volumes).

O diretor segue, nesse mesmo Relatório, sugerindo que a publicação fosse trimestral, com 48 páginas com desenhos e gravuras. A revista serviria de instrumento de permuta com outras instituições e, conforme Simch, também ajudaria a dar visibilidade ao Museu do Estado, já que despertaria “mais atenção sobre nosso Estabelecimento, que, valha a verdade, especialmente dentro do País, ainda passa por uma inutilidade”.

No ano de 1925, a transferência da 2ª secção do Arquivo Público para o Museu Júlio de Castilhos⁶, conforme visto anteriormente, contribuiu para a interrupção da publicação da Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, cujo número 18 havia saído em junho daquele ano. Assim, no segundo semestre de 1925, e durante todo o ano de 1926 e primeiro semestre de 1927, não houve a circulação da revista entre os leitores que haviam se habituado em recebê-la – as instituições públicas de forma gratuita ou os assinantes e as instituições que realizavam permuta pelas mesmas. Um novo formato de revista foi, então, imaginado.

Assim, em 1927, um periódico com nova configuração passa a ser publicado, sob a denominação de *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul*. Segundo Manolo Cachafeiro (2018), nesta nova etapa, o Museu Júlio de Castilhos editou 6 (seis) números da revista, entre os anos de 1927 e 1930, seguindo a numeração da “antiga” Revista do Arquivo Público, isto é, publicou as revistas de números 19, 20, 21, 22, 23 e 24 de modo trimestral. (CACHAFEIRO, 2018). Entre as temáticas presentes no periódico, se encontravam as investigações de Botânica (flora), de Zoologia (fauna), de Geologia, de Antropologia, de Arqueologia, e de História. Foram também publicadas, nessas edições, a apresentação e a transcrição de documentos históricos do Museu, além da transcrição e da tradução de textos publicados na imprensa coetânea. Entre os autores se encontravam os funcionários do Arquivo Público e do Museu, bem como colaboradores com especialização nos saberes mencionados (CACHAFEIRO, 2018), a saber: Irmão Augusto (botânico), Theod Bischoff (arqueólogo), Eduardo Duarte Mafra (Historiador), João Dutra (botânico), Rudolf Gliesch (zoólogo), Reinaldo Hensel (historiador), Hermann V. Ihering (naturalista), Carlos Von Koseritz (antropólogo), Hugo Otto Luedecke (historiador), G. F. Von Martius (botânico), Geraldo Jose Pawels (historiador), Francisco Rodolpho Simch (mineralogista) (CACHAFEIRO, 2018). Entre esses autores, destacamos a seguir a atuação de Eduardo Duarte para dar visibilidade

⁶ A 2ª Seção do Arquivo Público (seção histórica) foi transferida com o respectivo pessoal para o MJC através do Decreto nº 3.528, de 13 de outubro de 1925. (RIO GRANDE DO SUL, 1925, p. 229). O MJC passou a ser chamado, então, de Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul nas correspondências oficiais.

ao conteúdo das pesquisas da instituição, através da continuidade da publicação da revista.

A REVISTA DO MUSEU E ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL E A DIVULGAÇÃO DOS DOCUMENTOS HISTÓRICOS

A Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul foi um importante veículo de divulgação dos documentos recolhidos ao Arquivo Histórico, bem como dos estudos desenvolvidos junto ao Departamento de História Natural do Museu Júlio de Castilhos. Assim, atendia à solicitação tantas vezes registrada pelo primeiro diretor do MJC, Francisco Simch que alegava que sem uma publicação institucional os trabalhos desenvolvidos no museu ficariam “todos sepultados no silêncio do laboratório” (RIO GRANDE DO SUL, 1906, p. 178).

Essa mesma percepção do papel de publicização dos acervos e pesquisas através de uma Revista, é compartilhada por Eduardo Duarte, que, a partir de 1925, passou a chefiar o Departamento de História Nacional do Museu, onde estava incluso o Arquivo Histórico. Nessa posição, a partir de 1927, Eduardo Duarte será o redator-chefe da Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul, quando o MJC passa a publicá-la, até 1930.

Devido a sua atuação na estruturação do Departamento de História Nacional e seu protagonismo na edição das Revistas tanto do Arquivo Público quanto na do Museu, faz-se necessária uma breve apresentação de Eduardo Duarte Mafra.

Eduardo Duarte nasceu em Porto Alegre em 04 de fevereiro de 1874 e faleceu aos 88 anos de idade no município de Veranópolis, interior do Rio Grande do Sul, em 09 de dezembro de 1962. Formou-se na Escola Normal e ingressou no funcionalismo público estadual em 12 de maio de 1899, no qual atuou como professor em Alfredo Chaves (atual município de Veranópolis). Retornou a Porto Alegre em 1914 e formou-se em Medicina no ano de 1919 pela Escola Médico-Cirúrgica, onde, no ano posterior a sua formatura, passou a lecionar fisiologia. Também exerceu a docência em língua italiana na Academia de Comércio (ARCE, 2015). A partir de 1921, esteve à frente da 2ª Seção do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, quando criou a Revista do Arquivo Público, encerrada em 1925, com 18 números. Chefiou o Departamento de História Nacional do MJC a partir de 1925 até a sua aposentadoria em 1939. Foi membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), onde atuou como secretário, desde a sua fundação e, a partir de 1934, como secretário

perpétuo. Após a morte do Padre Hafkemeyer, assumiu a direção da Revista do IHGRGS e, a partir de 1927, cumulativamente, também editava a Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul, como dito anteriormente. Duarte foi o “responsável pela publicação dos Anais do Primeiro Congresso de História, realizado em outubro de 1935 [no Rio Grande do Sul] e pela organização do Segundo Congresso de História em Rio Grande (1937)” (MARTINS, 2015, p. 169). Também foi membro correspondente dos Institutos Históricos e Geográficos do Uruguai, de Santa Catarina e do Pará. Após sua aposentadoria no serviço público estadual, passou a exercer a Medicina numa clínica de olhos em Guaporé, Rio Grande do Sul⁷.

Portanto, como evidencia a trajetória de Duarte, a maior parte de sua vida profissional foi dedicada à História, seja atuando como servidor público estadual no Arquivo Público e no Museu Júlio de Castilhos, seja como membro do IHGRGS. Nessas instituições empenhou-se na coleta, organização, transcrição e divulgação de documentos relativos à história sul-rio-grandense. Para tal empresa, fez das revistas o veículo de disponibilização ao maior número possível de pesquisadores dos documentos coligidos. Nesse sentido, Duarte dedicou-se à continuidade da publicação da Revista do Arquivo Público, que em seu novo formato no MJC, agregaria além dos ensaios de história e publicação de documentos, também trabalhos de ciências naturais, conforme sempre desejara Francisco Simch. Manolo Cachafeiro (2018) ao analisar a ampliação das temáticas das publicações da Revista em sua segunda fase (1927 a 1930), quando são incorporados os trabalhos relativos às ciências naturais, considera que,

Em análise sobre as temáticas publicadas nesta nova publicação podemos afirmar que a ampliação das temáticas dos textos e artigos publicados foram possíveis face às características do acervo da nova instituição promotora da publicação: o museu Júlio de Castilhos. Isto denota, primeiro a riqueza do próprio acervo custodiado pelo museu; segundo a inexistência e carência de uma publicação técnica especializada, que pudesse dar vazão a divulgação daquele acervo, das pesquisas ali realizadas e até mesmo de informações especializadas ali encontradas. Concretizava-se o sonho do primeiro diretor Francisco Rodolfo Simch de ter publicada uma revista com os resultados de suas pesquisas e que pudesse ampliar a divulgação do museu entre outras instituições brasileiras e estrangeiras. (CACHAFEIRO, 2018, p. 43 -44).

⁷ O Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e o IHGRGS possuem documentos relativos às atividades de Eduardo Duarte durante sua atuação no APERS, MJC e IHGRGS, organizados no ‘Fundo Eduardo Duarte’.

A documentação nos permite afirmar que a continuidade da publicação da Revista do Arquivo Público, interrompida em 1925 com a transferência da 2ª Seção do APERS para o MJC, foi devida, em grande parte, ao empenho de Eduardo Duarte.

Quando emitiu o primeiro relatório do Museu ao Secretário de Estado Interino dos Negócios do Interior e Exterior, João Pio de Almeida, após a criação do Departamento de História Nacional, Eduardo Duarte, como diretor interino⁸, indicou claramente a intenção de dar continuidade ao plano de trabalho traçado na antiga 2ª Seção do Arquivo Público, incluindo a manutenção da publicação da Revista. O relatório dá conta das atividades até maio de 1926, portanto, transcorrido pouco tempo da transferência administrativa da 2ª seção, que ocorreu em 19 de outubro de 1925, mas, ainda sem o acervo documental, que só chegaria ao MJC na metade de 1927. Portanto, esse relatório não aponta as realizações, mas as intenções de trabalho do Arquivo Histórico que estava se estruturando no novo espaço. Eduardo Duarte manifesta a necessidade de dar seguimento as atividades que já vinham sendo desenvolvidas na 2ª Seção, bem como seu descontentamento diante da interrupção da publicação da Revista do Arquivo Público, destacando seu papel como veículo de divulgação dos documentos históricos, como os da campanha de 1811-1812 relativos à anexação de territórios à província sul-rio-grandense, que ainda não tinham sido publicados em sua totalidade:

Infelizmente, com a desanexação deste departamento da repartição do Arquivo Público, interrompeu-se a publicação da Revista.

Empreendimento que vem da administração do então diretor hoje desembargador Florêncio de Abreu, **a Revista do Arquivo Público tem sido até o presente a mais bela manifestação de vida da seção de história.**

[...]

Uma tal interrupção é, assim, deveras para lamentar, e maior pesar nos causa por nos vermos obrigados a retardar a publicação já no final, da importante documentação referente à campanha de 1811-1812, ou seja, a penetração que em terras do domínio espanhol fez D. Diogo de Souza, governador e capitão-general desta então Província de São Pedro do Sul.

Esperamos, entretanto, que, com a normalização dos trabalhos do Museu, **a publicação da Revista passe para esta repartição, onde efetivamente, é o seu lugar, atenta ao fato de aqui estar o arquivo histórico que foi sempre o maior contribuinte para a vida da Revista.**

Nos dois últimos anos fizemos inserir a continuação dos documentos de 1812 que se referem à penetração que fez D. Diogo em terras de domínio espanhol. O catálogo da rubrica assuntos militares atingiu o

⁸ Inúmeras vezes Eduardo Duarte ocupou o cargo de diretor interino do MJC quando das licenças ou férias do diretor Alcides Maya, entre os anos de 1925 e 1939.

ano de 1810, também publicado. (RIO GRANDE DO SUL, 1926, p. 975-976. Grifos nossos)

A indesejada interrupção da publicação do periódico, em nosso entendimento, pode ser atribuída à forma como se processou a transferência da 2ª Seção do Arquivo Público ao Museu Júlio de Castilhos, que foi bastante lenta. Nesse sentido, cabe ressaltar que o desmembramento da 2ª Seção do APERS, com o respectivo corpo funcional, foi decretado pelo presidente do estado, Borges de Medeiros, em 13 de outubro de 1925, passando os funcionários a atuar no MJC a partir do dia 19 de outubro desse mesmo ano. Entretanto, a transferência do acervo documental ocorreu somente na metade de 1927, quando o MJC concluiu as obras de remodelação do espaço que permitiram receber os documentos da 2ª Seção. Registra-se comunicado do diretor do MJC ao Secretário dos Negócios do Interior e Exterior em 26 de janeiro de 1927, indicando que os documentos ainda não haviam sido recebidos no MJC devido a não finalização da adequação do espaço, conforme segue:

Tenho a honra de informar a Vossa Excelência não ser ainda possível remover para esta Repartição o arquivo histórico pertencente à extinta 2ª Seção do Arquivo Público.

As obras de adaptação do edifício deste Museu não foram ainda ultimadas, o grande salão do térreo, destinado àquele arquivo, não recebeu ainda estantes com capacidade suficiente para comportar o precipitado arquivo.

Terá este, assim de continuar sem data na dependência em que se acham, na Repartição do Arquivo Público, mau grado os transtornos que nos traz em não ter sempre à mão um material que está em contínuo trabalho. (MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1927, fl. 20)

Nesse sentido, inferimos que o período transcorrido entre outubro de 1925, com a transferência administrativa e de pessoal da 2ª Seção do APERS, à metade de 1927, tenha sido utilizado para a (re)organização dos acervos de ciências naturais do Museu e preparação do espaço para recebimento dos documentos históricos, acarretando a interrupção da publicação do periódico neste íterim. Tão logo os documentos históricos chegaram ao Museu, retomou-se a publicação da Revista.

Assim, a Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, criada em 1921 e editada pelo Arquivo Público até 1925, ressurgiu em setembro de 1927 com o nome de *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul*, sob o número 19 (figura 1), dando seguimento à numeração das edições anteriores.

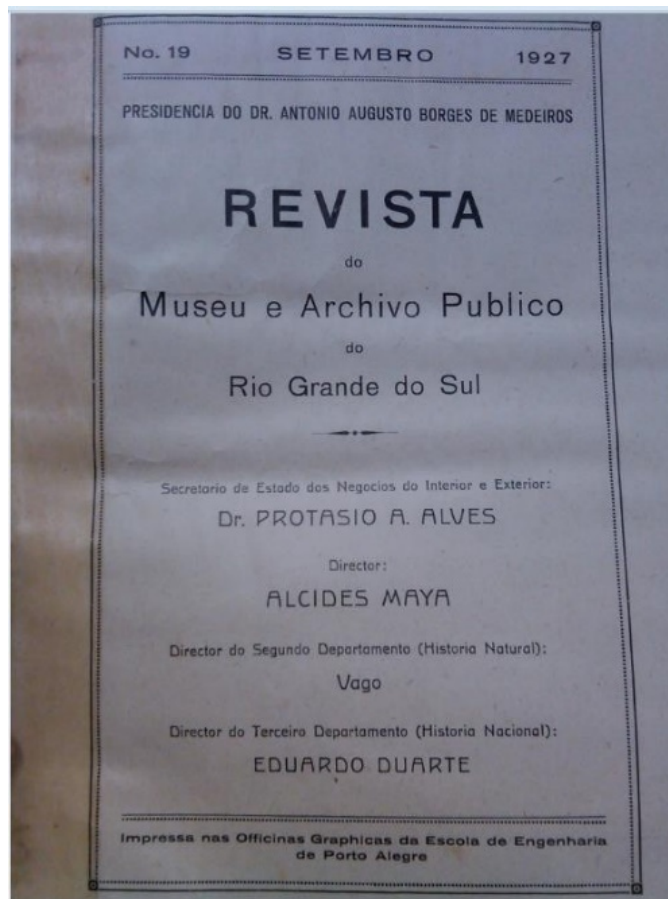


Figura 1 – Folha de rosto da Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul.
Fonte: Cachafeiro, 2018, p. 41

O redator-chefe da revista nessa nova fase continuará sendo Eduardo Duarte, que, como foi dito anteriormente, manifestava constantemente a importância da continuidade dessa publicação.

A apresentação da edição nº 19, assinada pela direção do MJC, destaca os novos conteúdos relacionadas aos acervos de ciências naturais da instituição, além de elencar os principais temas das antigas edições e explicar a suspensão da publicação a partir das mudanças administrativas ocorridas. Segue o texto de apresentação em sua íntegra:

Da Revista

Reaparece hoje em novos moldes e sob a direção do Museu Julio de Castilhos, a antiga revista do Archivo Publico, d'oravante Revista do Museu e Archivo Publico do Rio Grande do Sul. A Revista foi fundada em 1921, sendo director do Archivo Publico o desembargador Florencio de Abreu e Silva.

As publicações feitas foram, em sua maioria, de caráter histórico, sem descurar da inserção de catálogos de inventários, testamentos, sesmarias e etc., peças de caráter forense, as quais muitas vezes, pela

longinqua era a que remontam e individualidades a que se referem, são consideradas de valor para o estudo da história regional.

Atacada a publicação dos documentos avulsos referentes à penetração que, no ano de 1811-12 fez, em terras do domínio espanhol D. Diogo de Souza, governador e capitão-general desta então província de S. Pedro do Sul, vai esta publicação, chegar em breve, a termo, para iniciarmos a divulgação de documentos que se referem a outros períodos, não menos interessantes, da historia regional.

Publicou o n.7 – commemorativo da independência pátria, sendo divulgada toda a documentação referente ao assunto, selecionada em nosso arquivo histórico; número 8, retrospecto econômico, computo das nossas forças em um século de existencia; ns., 15 -16, commemorativo do centenario da immigração allemã no Rio Grande do Sul, volume de 600 páginas, contendo tudo que se refere à grande etapa do desenvolvimento do nosso Estado.

Suspendeu a publicação em 1925, em virtude da transferência da seção de história e geografia, do Arquivo Público, a qual, na remodelação desta repartição, passou a constituir o Departamento de História Nacional.

No período que encetamos com a edição do presente número, serão também versadas todas as matérias contidas no programma das novas seções do Departamento de Historia Nacional e no plano geral de estudos do novo departamento de história natural do Museu, em particular as relativas ao meio rio-grandense (geologia, mineralogia, botanica, paleonthologia, anthropologia e archeologia).

A revista continua a ser enriquecida pelas contribuições do Arquivo Publico. (REVISTA DO MUSEU E ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1927, p. III – IV)

Conforme essa apresentação, a nova edição da revista dava continuidade à publicação dos documentos relativos à campanha de D. Diogo de Souza de 1811-12⁹, conforme havia anunciado Eduardo Duarte no relatório de 1926, anteriormente transcrito, e preconizava a publicação, em prováveis edições posteriores, de outros documentos da história regional. No caso, a referência é relativa a um conjunto de documentos organizados no Arquivo Histórico denominados *Documentos Interessantes, 1801-1820* que objetivava reunir para divulgação os documentos relativos às campanhas platina, que nas palavras de Duarte, abrangiam “desde a incorporação das Missões ao domínio português até a terminação do artiguismo, com a paz de Montevidéu, em 1820” (RIO GRANDE DO SUL, 1928, p. 893). No entendimento do chefe do Arquivo Histórico, tal tarefa é justificada tendo em vista que “os papeis nessa rubrica compreendidos” são de “importância transcendental, e com a sua publicação,

⁹ A conclusão da divulgação da documentação relativa a essa Campanha foi concluída em 1928, conforme descrito por Eduardo Duarte no Relatório do MJC relativo às atividades do Departamento de História Nacional, onde consta que: “No que concerne a este Departamento, é de notar que chega a termo o estudo que vínhamos fazendo, desde 1921, da penetração que em terras do domínio espanhol fez, em 1811-12, d. Diogo de Souza [...]. Foi um trabalho longo, extenuante, em dilatado tempo, que realizamos e enfeixamos em nossas publicações [...]” (RIO GRANDE DO SUL, 1928, p. 893).

estamos certos de prestar um serviço de alto relevo à história regional” (Idem). As palavras de Duarte nos permitem entender que o trabalho do Arquivo, além de coletar e organizar, também incluía a tarefa de divulgar a documentação. Assim sendo, a Revista cumpriria um papel importante, pois daria a conhecer esses documentos e serviria de fonte de pesquisa aos historiadores. Mesmo quando a catalogação da documentação não ocorria como previsto, Duarte não deixava de considerar a sua futura publicação, como no caso da suspensão em 1931 da rubrica *Documentos Interessantes 1801-1820*, assim como a lenta catalogação dos documentos do antigo fundo *Assuntos Militares*, iniciada ainda na 2ª Seção do Arquivo Público:

Esta rubrica [Assuntos Militares] continua a merecer o melhor do nosso esforço. A catalogação por meio de sùmula de cada documento, prossegue, embora com mais lentidão, pois a administração da casa, estando a meu cargo, nestes últimos tempos não me tem permitido dar maior desenvolvimento a esse trabalho que tanto carinho inspira e que só por mim tem sido feito.

Por esse mesmo motivo suspendi a seleção, em meio caminho, dos papéis que estão enfeixados na rubrica *Documentos Interessantes 1801-1820*, isto é, tudo quanto se compreende no período que decorre desde a campanha das Missões até a incorporação da Cisplatina ao domínio português. **Esse trabalho se destina à nossa Revista, em tempo oportuno.** (MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1932, fl. 164. Grifos nossos)

Nesse excerto, Eduardo Duarte oferece uma explicação da não conclusão ou continuidade de forma célere da catalogação de dois conjuntos documentais considerados importantes – *Assuntos Militares* e *Documentos Interessantes, 1801-1820* – e, portanto, de sua não publicação na Revista institucional, conforme previa. A justificativa apresentada era o pouco tempo para dedicação a esse trabalho, tendo em vista que estava exercendo de forma interina a direção do MJC. Entretanto, devemos atentar para dois fatos que, em nosso entendimento, colaboraram para a interrupção de seus planos de conclusão da catalogação e da publicação desses documentos. Um deles refere-se à tarefa à qual dedicava-se o Museu, desde 1928, de reunião, organização e divulgação de documentos bi e tridimensionais relativos à Guerra Farroupilha, visando à comemoração do centenário desse evento em 1935, no qual participaria ativamente, juntamente com o IHGRGS, com publicações e exposição junto ao Pavilhão Cultural que fez parte dos festejos (ARCE, 2015; SILVA, 2018). O outro motivo, que nos interessa aqui, é a interrupção, sob alegação de dificuldades financeiras, da publicação da Revista do Museu e Arquivo Público pelo governo do Estado a partir de 1931. Tendo em vista que o relatório acima é relativo às atividades de 1931, o diretor interino já não contava com o instrumento de publicação dos

documentos do Arquivo Histórico, situação que talvez corroborasse para o atraso da catalogação e que justifica ele ter mencionado que o trabalho seria publicado na Revista “em tempo oportuno”, conforme grifado na transcrição.

A Revista ficou 20 anos sem ser editada, de 1931 a 1951, voltando a circular somente em 1952 com o título de *Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul*. Portanto, a Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul, circulou entre os anos 1927 e 1930, totalizando seis números – 19, 20, 21, 22, 23 e 24. Essas publicações, de acordo com Cachafeiro (2018, p. 42) não seguiram a trimestralidade da primeira fase quando a Revista era editada pelo Arquivo Público, apresentando periodicidade de circulação e distribuição aleatória¹⁰, sendo que no ano de 1929 não houve publicação, conforme demonstra o Quadro 1.

Quadro 1- Periodicidade da publicação das Revistas do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul (1927-1930)

Ano	Número da revista			
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
1927			19 (Set)	
1928		20 (Jun)		21 (Dez)
1929				
1930	22 (Jan)	23 (Jun)		24 (Dez)

Fonte: Cachafeiro, 2018, p.42.

Embora não se registre publicação da Revista em 1929, destaca-se que nesse ano, por solicitação de Eduardo Duarte, o governo do estado custeou pesquisador especialmente contratado para realização de cópia de documento localizado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro que viria a ser publicado na Revista do Museu, em junho de

¹⁰ Entretanto, o formato da Revista não foi alterado, sendo que “as características da revista permanecem as mesmas – o tamanho de 17x23 cm, em papel liso de cor amarelada, com uma impressão monocromática na cor preta. Os mapas, gravuras, desenhos e outras ilustrações, quando necessários, possuíam a impressão em cores” (CACHAFEIRO, 2018, p.42).

1930 – edição 23. Nesse período, como já indicado, o MJC priorizava a busca de documentos relacionados ao decênio farroupilha e, nessa intenção, enviara o historiador Aurélio Porto ao Rio de Janeiro, que lá esteve a serviço do Arquivo Histórico, peregrinando por diversos arquivos e bibliotecas, entre 1928 e 1930, transcrevendo documentos farroupilhas para enviar ao MJC. A missão principal de Porto era completar a coleção de jornais publicados na época do conflito, pois estava planejado o lançamento de uma edição *fac-símile* desses periódicos em comemoração do centenário. Porém, mesmo diante dessa prioridade, Eduardo Duarte não desconsiderou a importância em recolher cópia de documento relacionado a um outro período da história regional localizado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Tratava-se do processo movido pelo governo central, no século XVIII, contra Rafael Pinto Bandeira (1740-1795), militar que obteve destaque nas guerras contra os espanhóis na definição territorial do Continente de São Pedro, atual Rio Grande do Sul. Duarte, com a intenção de divulgar esse documento, o qual considerava de suma importância para o passado sul-rio-grandense, solicitou ao governo do estado a autorização para que o padre jesuíta Geraldo José Pauwels, membro do IHGRGS, residindo à época no Rio de Janeiro, procedesse a cópia do Processo para posterior publicação na Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul, mesmo consciente de que a prioridade eram os documentos farroupilhas, nos quais o governo do estado estava investindo recursos. Eduardo Duarte manifesta-se ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior nos seguintes termos:

Bastas vezes tenho manifestado a vossa excelência a necessidade de transformar em letra de forma, integrando na luz da publicidade, tudo que há por aí a fora sobre as coisas da história regional; se no momento esta diretoria se preocupa mais do que nunca com as publicações atinentes ao decênio farroupilha, não quer dizer que descura daquilo que se perde nas brumas do passado, não.

As primeiras entradas do Rio Grande, a nossa formação econômica, as passadas campanhas, tudo isso é objeto de constantes agitações. Tanto assim que, no caso em apreço, esta diretoria opina para que se dê franca autorização ao padre Pauwels para copiar não só o apontado documento como qualquer outros que com o seu critério e seu grande conhecimento da História do Rio Grande for encontrado nas pesquisas a que se dedica nos arquivos do Rio de Janeiro. (MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1929, fl.144)

A solicitação de Duarte foi atendida e o trabalho de cópia e anotação do processo de Rafael Pinto Bandeira foi contratado junto ao padre Pauwels no valor de 2.500\$000 (dois mil e quinhentos reis), pagos em setembro de 1929¹¹ sendo o referido processo publicado na Revista do Museu e Arquivo Público em junho de 1930, edição número 23 (figura 2), sob o título *Ano de 1780 – Autos principais do Conselho de Guerra a que foi submetido o coronel Rafael Pinto Bandeira* (figura 3).

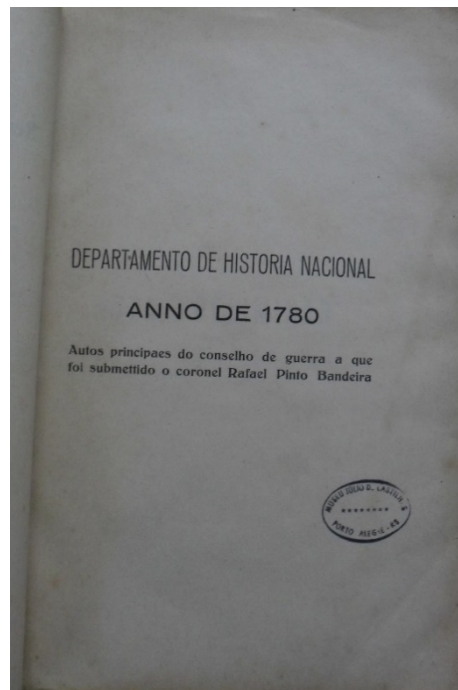
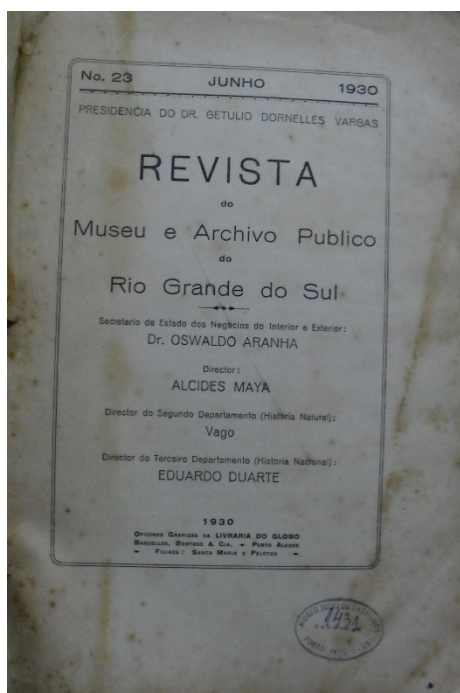


Figura 2 – Folha de rosto da Revista do Museu nº 23. Fonte: Foto das autoras, 2018.
Figura 3 – Folha de rosto da transcrição do processo de Raphael Pinto Bandeira na Revista do Museu. Fonte: Foto das autoras, 2018.

Na apresentação da edição 23, composta por 550 páginas, Eduardo Duarte, como diretor no momento, destaca a importância do documento que a Revista tornava disponível:

No preparo da presente edição da Revista aproveitamos importantes subsídios ao estudo de um capítulo da história regional nas coleções do Arquivo Nacional.

Referimo-nos ao célebre processo a que foi submetido o brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, militar de larga atuação nas coisas do Rio Grande do Sul, tendo até substituído na suprema direção do continente o então governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral e Camara, quando este se achava na comissão de limites com os enviados espanhóis.

¹¹ Conforme Ofício nº 256 do MJC ao padre Geraldo José Pauwels em 16 de setembro de 1929. (MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1929, fl. 208)

Em se tratando de peça histórica de tão alto relevo a direção deste Instituto solicitou e obteve do Governo do Estado autorização para a extração e publicação da cópia que se segue, sendo desse trabalho encarregado o ilustre historiógrafo P. Geraldo José Pauwels, residente no Rio de Janeiro.

Outras peças de valor relacionadas com o mesmo processo foram também aproveitadas, inclusive um índice alfabético dos nomes próprios que aparecem nos documentos e informações genealógicas dos Pinto Bandeira, o que mais encarece o valor dessa obra. (REVISTA DO MUSEU E ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1930, s/n)

Assim, tendo oportunidade de realização, não foi negligenciada a divulgação de documento datado do século XVIII relativo à história regional, mesmo em período de grande esforço na coleta de documentos referentes à Guerra Farroupilha para o qual o Departamento de História Nacional do MJC voltava seus esforços.

O ano de 1930 foi o de maior publicação da segunda fase da Revista, pois além da edição número 23, publicada no segundo trimestre, registra-se também as edições números 22 e 24, respectivamente, lançadas no primeiro e quarto trimestre (Quadro 1). Cabe destacar que nesse mesmo ano de 1930, conjuntamente às três Revistas, o MJC também publicou os dois primeiros volumes dos três que formavam a série *Documentos Interessantes para o estudo da grande Revolução de 1835-1845*, resultantes dos trabalhos de pesquisa e transcrição efetuado por Aurélio Porto nos arquivos e bibliotecas do Rio de Janeiro. O primeiro volume da Série era composto pela coleção completa do jornal farroupilha *O Povo*¹² e foi lançado em abril de 1930. Ao final do ano, em dezembro de 1930, foi publicado o segundo volume da Série que trazia os jornais *O Mensageiro*¹³, *O Americano* e *Estrella do Sul*¹⁴, além da Constituição Farroupilha. Ambas as publicações constituíram trabalhos em foto-litografia impressos nas Oficinas Grafficas da Livraria do Globo, onde também foram impressas as Revistas 22, 23 e 24. A Livraria do Globo também disponibilizou a venda dos exemplares da Série ao público em geral.

¹² Circulou entre 1848 a 1840, inicialmente na cidade de Piratini e depois em Caçapava. Servia para divulgar as ideias farrapas por meio de textos que exaltavam a figura dos heróis farroupilhas. O primeiro volume da Série, com a edição do jornal *O Povo* era formado por 700 páginas de impressão em fac-símile, sendo a maior parte de suas edições encontradas na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

¹³ Circulou entre 1835-6, na capital da província.

¹⁴ *O Americano*, jornal da República Rio-Grandense publicado na cidade de Alegrete nos anos de 1842 e 43, quando foi substituído pelo *Estrella do Sul*, também no mesmo município. Os jornais *O Povo*, *O Mensageiro*, *O Americano* e *A Estrella do Sul* podem ser encontrados no Museu de Comunicação Hipólito José da Costa – MUSECOM – no Setor de Imprensa. Os volumes que a instituição dispõe podem ser consultados em: <http://www.musecom.rs.gov.br/site/wp-content/uploads/inventario_formatado.pdf>. Acesso em: 18 Jun 2020.

Tal como acontecia com a Revista do Museu, os volumes da Série *Documentos Interessantes para o estudo da grande Revolução de 1935-1845*, foram distribuídos a repartições públicas regionais e nacionais, instituições de ensino e de pesquisa no Brasil e no exterior, estabelecendo intercâmbio com conseqüente recebimento de materiais produzidos por essas instituições, os quais alimentavam, especialmente, a biblioteca do MJC. Assim, as publicações do MJC eram importantes veículos de divulgação do seu acervo e pesquisas, sendo por isso solicitadas, inclusive, por instituições internacionais, como, por exemplo, pela direção de Arqueologia, História, Etnografia e Ciências Naturais da República do Equador que, em dezembro de 1929, solicita assinatura anual da revista ao diretor do Museu:

Señor Director:

A nombre de la Sociedad de mi dirección, que se halla vivamente interesada por adquirir la "Revista" que inteligentemente dirige usted, suplicole se digne comunicarme el valor de la subscripción anual, por correo certificado, a esta ciudad.

Ruégole también que sirva enviarnos una Lista de los números anteriores que tengan disponibles para la venta; al igual que outra de los libros y folletos que se pueda adquirir por compra. (MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1930b, fl. 6).

Observamos que mesmo durante o período em que a Revista não estava sendo publicada, solicitações de suas edições eram feitas ao MJC, como em 22 de maio de 1931, quando o jornal o Estado de São Paulo interroga sobre a possibilidade de receber gratuitamente os periódicos destacando-os como riquíssimos instrumentos de pesquisa da nossa história:

Prezado Senhor:

Sou redator deste jornal, e interesse-me imenso pelo estudo de nossa história. Desejando conhecer mais profundamente o passado rio-grandense, e tendo visto em São Paulo alguns números da Revista do Museu, pude apreciar o quanto é valioso o material histórico nela contido. E vim incomodá-lo, afim de solicitar o obsequio de informar se posso obter uma coleção a título gracioso, ou, se não, quais as condições de aquisição. (MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1931, fl.100).

No mesmo ano de 1931, destacamos o pedido de remessa do número 22 do periódico a Percy Alvin Martin, professor de História da América Latina na Universidade de Stanford, Califórnia. A edição foi solicitada por conter uma relação de 1811 a 1812 das Operações do Exército Pacificador na fronteira meridional, bem como a correspondência de D. Diogo de Souza, governador e Capitão general do Rio Grande do Sul. O solicitante justifica seu pedido dizendo: "Martin está escrevendo sobre Artigas,

e, sabendo dever o obséquio ao Museum estabelecerá relações com este, o que será de vantagem pois a Biblioteca latino-americana de Stanford é seguramente uma das melhores da América”. (MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1931, fl. 56)

Fica evidente nessas correspondências que a Revista, além de configurar-se como fonte de pesquisa pelos documentos nela publicados, também se constituía em instrumento de intercâmbio com outras instituições, sendo por meio dela que o MJC ganhava visibilidade, tornando-se conhecido dentro e fora do Brasil. Assim, é possível entender a preocupação e esforço de Eduardo Duarte pela continuidade da publicação da Revista, manifestada na interrupção ocorrida em 1925 que anteriormente mencionamos, bem como em suas constantes solicitações para que o governo do estado voltasse a permitir sua edição após 1931, quando o periódico sofreu nova interrupção.

Comentando sobre o motivo da não publicação do terceiro volume da série *Documentos Interessantes*¹⁵ e da interrupção da Revista do Museu, Duarte aponta as dificuldades financeiras, conseqüentes da Revolução de 1930, que abalaram as finanças do estado. Porém, mesmo compreendendo a conjuntura, não deixa de registrar que é uma interrupção momentânea, indicando sua intenção de dar prosseguimento nas publicações, conforme podemos inferir a partir de seu relato:

O aparecimento deste volume [terceiro volume da série Documentos Interessantes], foi, infelizmente, prejudicado, **bem como a continuação da Revista**, por determinação do sr. general interventor do Estado, por motivos que incidem nas dificuldades financeiras em consequência do movimento revolucionário do país.

Esperamos, entretanto, que tais motivos de pronto sejam julgados e **que possa a Repartição reiniciar dentre em breve, a série de publicações momentaneamente interrompida**. (MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1930a, fl. 79. Grifos nossos)

Entretanto, as publicações não foram retomadas de forma breve, como esperava Eduardo Duarte. Como já informado, a Revista voltaria a circular novamente somente em 1952, com o nome de *Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul*. Ao avaliar a participação do Museu no Pavilhão Cultural durante a Exposição do Centenário Farroupilha em 1935, Duarte lamenta a instituição não ter concluído as publicações dos documentos relativos à Guerra Farroupilha, bem como volta a lembrar que continuava aguardando autorização para a retomada da Revista, suspensa desde 1930:

¹⁵ O terceiro volume trazia o jornal *Liberal Rio-Grandense*, que era o jornal da legalidade, publicado na hoje cidade de Rio Grande. O MUSECOM também possui alguns exemplares desse periódico.

Teria sido, naturalmente, muito mais eficaz a nossa colaboração se houvesse recebido este Departamento autorização para levar a cabo **as publicações reclamadas por nosso programa de trabalho.**

Infelizmente, não nos foi possível editar cerca de duas mil folhas datilografadas, contendo a correspondência integral dos presidentes da província, durante a década memorável de 1935-45.

Também não foi efetivada a publicação do volume terceiro da série “Documentos Interessantes para o estudo da Grande Revolução” apesar de já estar pronto para ser levado ao prelo. **A nossa Revista continua com sua publicação suspensa, desde 1930, aguardando autorização superior para ser reencetada.** (MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1933-1936, 193[6?], fls. 319-320. Grifos nossos)

O trabalho de Eduardo Duarte, assim como o de Aurélio Porto, foi marcado pela defesa da pesquisa documental como a única forma de se reconstruir os fatos do passado postulando, portanto, o conhecimento racional acerca da História, conforme a tradição iluminista. O passado deveria ser, de acordo com tal perspectiva, “racionalmente apropriado e, para isso, o trabalho de pesquisa se faz necessário e indispensável” (GUIMARÃES, 2007, p. 27). Duarte percebia que os documentos eram a fonte da verdade histórica, “o precioso manancial donde emana a verdade, a verdade da história tantas vezes falseada” (DUARTE, 1926, fl. 12). Para ele, portanto sendo a história feita de documentos autênticos, era necessário, além de coletá-los, reuni-los e organizá-los no Arquivo, também disponibilizá-los aos pesquisadores, para que esses pudessem escrever a nossa “verdadeira” história regional, e nisso a Revista ganhava importante destaque. Duarte ressaltava a importância do desenvolvimento do trabalho do Arquivo que propiciaria os elementos necessários para a escrita da verdadeira história do Rio Grande do Sul, através dos diversos livros antigos manuscritos ou dos papéis avulsos reunidos por assuntos e divulgados através das publicações realizadas. Por isso, podemos entender a expectativa de que a interrupção da publicação da Revista do Museu e Arquivo Público em 1931 fosse breve, pois elas subsidiavam os historiadores em suas pesquisas.

Conforme relata o terceiro diretor do MJC, Emílio Kemp¹⁶, enquanto o Arquivo Histórico esteve sem a sua Revista, suas publicações foram feitas na Revista do IHGRGS: “Este departamento do Museu [Arquivo] está fazendo as suas publicações na Revista do Instituto Histórico e Geográfico, que é subvencionado pelo Estado” (MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1939, fl. 241).

¹⁶ Dirigiu o MJC ente março de 1939 e outubro de 1950, quando foi substituído interinamente por Dante de Laytano, que posteriormente, em 1952, foi oficialmente empossado diretor do Museu.

Nesse mesmo sentido, Dante de Laytano, na condição de chefe do Departamento de História Nacional do MJC, em 1940, após a aposentadoria de Eduardo Duarte, relata ao diretor Emílio Kemp, que os conjuntos documentais já catalogados e, que em setembro de 1940 haviam sido publicados na Revista do IHGRGS, estavam “ao alcance dos estudiosos”¹⁷. (MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1940, fl. 140).

A simbiose entre as duas instituições, Arquivo Histórico e IHGRGS, era bastante grande, tendo em vista que, a partir de 1925, o Instituto passou a funcionar nas dependências do MJC, junto ao Departamento de História Nacional e que muitos de seus membros eram também servidores do Museu, como o próprio Eduardo Duarte e Aurélio Porto. Portanto, é bastante provável e compreensível que, na ausência da Revista do Museu, o IHGRGS divulgasse os documentos do Arquivo Histórico em seu periódico, sanando, em parte, a lacuna que a interrupção da publicação da Revista do Museu e Arquivo pudesse causar junto aos pesquisadores. Porém, embora os pesquisadores pudessem recorrer à Revista do IHGRGS para acessar documentos históricos, não podemos deixar de considerar que a visibilidade do Museu proporcionada por sua Revista ficava prejudicada, pois a direção não dispunha mais desse veículo de divulgação de seu acervo e de suas pesquisas, utilizado como material de intercâmbios com outras instituições nacionais e internacionais. Também cabe ressaltar que a Revista do IHGRGS, conforme Kemp relata, divulgava os trabalhos do Arquivo Histórico, pertencente ao Departamento de História do Museu, não incluindo a publicação das pesquisas desenvolvidas nas áreas ligadas ao Departamento de História Natural. Assim, em certa medida, retornava-se à situação da época do primeiro diretor do MJC, em que a instituição não possuía instrumento para publicação de suas pesquisas científicas.

Portanto, mesmo não sendo a reivindicação de Eduardo Duarte, que postulava a continuidade de publicação de uma Revista própria da instituição, o expediente da Revista do IHGRGS publicar os documentos do Arquivo Histórico, mantinha em certa medida, a divulgação do acervo documental, da mesma forma como entre 1921 e 1925, a Revista do Arquivo Público publicava os documentos da 2ª Seção. Assim, na verdade o acervo que deixava de ser totalmente divulgado, voltando a situação do período do primeiro diretor, Francisco Simch, era o que compunha o Departamento de História Natural, que nas edições entre 1927 e 1930 foi publicado na Revista do Museu e Arquivo

¹⁷ Os documentos a que Laytano se refere são: Catálogo Sumário dos Documentos da Administração da Fazenda; catálogos de Livros e Manuscritos e de Jornais e Revistas e catálogo relativo ao “Comando das Armas” (1841-1890). Indicava também os materiais que estavam sendo preparados: Câmara Municipais, Autoridades Militares, Comandos das Armas (súmula dos documentos), Obras Públicas, Justiça, Consulados, Arquivo Alfredo Varela, Fotografias. (Cf. MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1940, fl. 140)

Público do Rio Grande do Sul. Quando a Revista ressurgiu em 1952, também não divulgará mais os trabalhos relativos às coleções de ciências naturais, tendo em vista que o MJC está se encaminhando, nesse momento, para sua consolidação como um museu de história. Nesse sentido, ao analisar as publicações do MJC entre 1952 -1958, Manolo Cachafeiro (2018) esclarece que,

[...], observamos haver a ausência de artigos e/ou textos vinculados às Ciências Naturais. Desta forma infere-se que a consolidação do Museu Julio de Castilhos como um Museu de História alcançou a sua maturidade neste momento da passagem de seu cinquentenário que, agravado pelo crescimento e necessidades de suas coleções, oportunizava a publicação de pesquisas realizadas anteriormente, vinculadas à temática das ciências humanas e suas derivações.(CACHAFEIRO, 2018, p. 49)

O que desejamos destacar é que as reivindicações do primeiro diretor do Museu, feitas desde 1904 até o final de seu mandato em 1925, de receber autorização do governo para publicar uma Revista onde pudesse divulgar os trabalhos desenvolvidos na instituição, não foram contempladas e que os estudos realizados a partir das coleções de história natural passarão a ser publicados somente quando da alteração administrativa ocorrida no MJC em 1925. Nessa mudança, deu-se a transferência da sessão de documentos históricos do Arquivo Público para o MJC, que sob comando de Eduardo Duarte, já publicava uma Revista desde 1921. Duarte, dando continuidade às atividades do Arquivo, agora em funcionamento no Museu, dá prosseguimento à publicação da Revista a partir de 1927, incluído os trabalhos do Departamento de História Natural. As manifestações de Eduardo Duarte nas muitas vezes em que dirigiu o museu em substituição às ausências do diretor Alcides Maya, são sempre na defesa da busca, organização e divulgação dos documentos históricos do Arquivo, para onde canalizava seus esforços. De qualquer forma, paradoxalmente, as coleções de ciências naturais, tão caras a Francisco Simch, ganham espaço em uma publicação científica da instituição justamente e tão somente, no momento em que o MJC passa a abrigar um Departamento de História, com o pessoal da 2ª Seção do Arquivo Público e do IHGRGS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos esforços de publicação de uma revista científica no primeiro museu do estado mais meridional do Brasil demonstra o quanto a ciência e a memória recebiam incentivos contidos para as instituições criadas com tais objetivos. Enquanto se manteve como um museu de História Natural nos moldes de outros museus coetâneos brasileiros

e estrangeiros, seu diretor Francisco Simch não conseguiu ver seu desejo efetivado de publicar as pesquisas realizadas no museu, tampouco de possuir um veículo de intercâmbio com outras instituições já consolidadas no País e internacionalmente. Simch sabia da relevância de tal periódico para estar a instituição à altura de outros museus.

Foi necessária uma guinada a objetivos relacionados à história do Estado do Rio Grande do Sul, bem como a simbiose com a Seção de História do Arquivo Público e com o Instituto Histórico e Geográfico para que o Museu reunisse forças suficientes para publicar a Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Nos poucos anos que subsistiu divulgou pesquisas dos diversos saberes ligados à História Natural, inclusive de autoria do primeiro diretor.

Em consonância com a nova missão atribuída ao museu por seus agentes, a revista passou a publicar também os documentos reunidos e transcritos pelos pesquisadores das instituições sediadas na antiga residência do Patriarca Júlio de Castilhos. Nessa empresa, teve papel de destaque Eduardo Duarte, membro do Instituto Histórico e Geográfico e funcionário do Arquivo Público. Pode-se afirmar que a revista que circulou entre os anos 1927 e 1930 somente veio à luz pela força relativa dessas três instituições reunidas, embora essa força não tenha sido suficiente para a sua longevidade.

De vida efêmera, as edições da primeira revista do Museu Júlio, dividida com o Arquivo Público, expressaram dois aspectos da história dessa instituição museal. Por um lado, mesmo que tardiamente, os primeiros anos de funcionamento do museu como uma instituição dedicada especialmente às ciências naturais estão inscritos nas páginas de autoria preponderante de cientistas e pesquisadores desses saberes. Por outro lado, a preocupação com a pesquisa em documentos históricos reflete a simbiose do museu com o arquivo. Nesse segundo momento do museu, observa-se através da revista uma preponderância do viés arquivístico, enquanto pouco se sabe sobre a pesquisa das demais coleções configuradas nos seus primeiros anos. Os novos objetivos do Museu Júlio de Castilhos o direcionavam para se configurar como uma agência governamental de gestão da memória e da história do Rio Grande do Sul, perfil consolidado posteriormente e que se mantém ainda atualmente.

REFERÊNCIAS

ARCE, Ana Inês. *“Jóias para os Museus da História”*: o acervo documental sobre a Revolução Farroupilha e o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (1925-1940). 2015,

141p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2015.

BREFE, Ana Cláudia F. *O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional*. São Paulo: Editora da UNESP, Museu Paulista, 2005.

BRUNO, M.C.O. (Ed.). (2010). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri*. Textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo, Brasil: Pinacoteca do Estado: Secretaria do Estado de Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.

CACHAFEIRO, Manolo S. *As publicações do Museu Júlio de Castilhos e do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (1903-1960)*. 2018, 172p. Trabalho de Conclusão de Curso (Museologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

CARNEIRO, Cíntia Braga. *O Museu Paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná*. Curitiba: SAMP, 2013.

CURI, Luiz Felipe Bruzzi; DACANAL, Pedro Hoepfer. Francisco Simch (1877-1937): um economista prático germanófilo no sul do Brasil. *Nova Economia*, v. 29, n. 3, p.907-937, 2019.

DUARTE, Eduardo. *Da Opulência do Archivo Histórico Rio-Grandense*. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1926. [Separata da Revista do Museu e Archivo Publico do Rio Grande do Sul].

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. Universidade de São Paulo, Museu Paulista. São Paulo: O Museu, v. 15, n. 2 (jul./dez. 2007), p. 11-30.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2005.

MARTINS, Jefferson Teles. *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)*. 2015. 277p. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O museu e a questão do conhecimento. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado; RAMOS, Francisco Régis Lopes (Org.) *Futuro do pretérito: escrita da história e história do museu*. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2010. P. 13-33.

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. *Correspondências expedidas - 1927*. Porto Alegre, 1927 [Arquivo Permanente - AP. 1.005].

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. *Correspondências expedidas - 1929*. Porto Alegre, 1929. [Arquivo Permanente - AP. 1.007].

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. *Correspondências expedidas - 1930*. Porto Alegre, 1930a. [Arquivo Permanente - AP. 1.008].

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. *Correspondências expedidas - 1932*. Porto Alegre, 1932. [Arquivo Permanente. - AP. 2.008].

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. *Correspondências expedidas -1933-1936*. Porto Alegre, 193[6?]. [Arquivo Permanente - AP. 1.012].

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. *Correspondência expedidas - 1939*. Porto Alegre, 1939. [Arquivo Permanente - AP. 1.014].

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. *Correspondências recebidas - 1930*. Porto Alegre, 1930b [Arquivo Permanente - AP. 2.007].

- MUSEU JULIO DE CASTILHOS. *Correspondências recebidas* - 1931. Porto Alegre, 1931. [Arquivo Permanente - AP.1.009].
- MUSEU JULIO DE CASTILHOS. *Correspondências recebidas* - 1940. Porto Alegre, 1940. [Arquivo Permanente - AP. 2.012].
- NEDEL, Leticia Borges. Breviário de um museu mutante. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, jan./jun. 2005, p.71-86.
- POSSAMAI, Zita Rosane. Colecionar e educar: o Museu Júlio de Castilhos e seus públicos (1903 1925). *Varia História* (UFMG. Impresso), v. 30, p. 365-389, 2014.
- REVISTA DO MUSEU E ARQUIVO PUBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. n.19, Porto Alegre: Oficinas Graphics da Escola de Engenharia, 1927.
- REVISTA DO MUSEU E ARQUIVO PUBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. n.23, Porto Alegre: Oficinas Graphics da Livraria do Globo, 1930.
- RIO GRANDE DO SUL. Museu Júlio de Castilhos. *Relatório do Museu Julio de Castilhos* - 1904. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1904. [AHRG - OP 11].
- RIO GRANDE DO SUL. Museu Júlio de Castilhos. *Relatório do Museu Julio de Castilhos* - 1906. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1906. [AHRG - OP 12].
- RIO GRANDE DO SUL. Museu Júlio de Castilhos. *Relatório do Museu Julio de Castilhos* - 1910. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1910. [AHRG - OP 24].
- RIO GRANDE DO SUL. Museu Júlio de Castilhos. *Relatório do Museu Julio de Castilhos* - 1925. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1925. [AHRG - SIE 3.041].
- RIO GRANDE DO SUL. Museu Júlio de Castilhos. *Relatório do Museu Julio de Castilhos* - 1926. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1926. [AHRG - SIE 3.042].
- RIO GRANDE DO SUL. Museu Júlio de Castilhos. *Relatório do Museu Julio de Castilhos* - 1928. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1928. [AHRG - SIE 3.045].
- RODRIGUES, Ricardo Carvalho. *Museu Paranaense: caminhos, contextos, ações museológicas e interações com a sociedade*. Curitiba: SAMP, 2018.
- SANJAD, Nelson. *A coruja de minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República*. Brasília: IBRAM, 2010.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SILVA, Ana Celina Figueira da. *Investigações e evocações do passado: o Departamento de História Nacional do Museu Júlio de Castilhos (Porto Alegre, RS, 1925-1939)*, 2018, 332p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

Data de recebimento: 29.06.2020

Data de aceite: 12.09.2020